



MONTE SERRAT

CNPJ nº 06.982.741/0001-00

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Monte Serrat com capacidade instalada total de 25,0 MW, e a comercial plena em 160.132 MWh/ano, beneficiando aproximadamente 239 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2012 foi de R\$ 29,4 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 13,2 milhões. A Administração

capacidade instalada total de 25,0 MW, e a comercial plena em 160.132 MWh/ano, beneficiando aproximadamente 239 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2012 foi de R\$ 29,4 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 13,2 milhões. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido do exercício		14.322	11.773
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	16	6.539	7.427
Baixa de imobilizado	8	133	1.804
Depreciação e amortização		3.797	3.477
Lucro ajustado		24.791	24.481
Variações nos ativos e passivos			
Redução em ativos vinculados - BNDES		244	280
Aumento em contas a receber		(198)	(1.008)
Redução (aumento) em impostos a compensar		5	(1)
Aumento (redução) de despesas antecipadas		(15)	4
Aumento (redução) em adiantamentos a funcionários		(3)	1
Redução (aumento) em adiantamentos diversos		65	(23)
Redução em depósitos judiciais		-	221
Redução em fornecedores		(131)	(6)
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		5	8
Redução em impostos e contribuições a recolher		(24)	(135)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(1.044)	(1.029)
Aumento na provisão para férias e 13º salário		59	48
Redução (aumento) em outras obrigações		(5)	11
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		23.749	22.852
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	8	(419)	(3.070)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(419)	(3.070)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos pagos	11	(8.041)	(8.041)
Juros pagos sobre financiamentos	11	(6.618)	(7.459)
Dividendos pagos	12	(9.915)	(3.818)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(24.574)	(19.318)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		(1.244)	464
Demonstração da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		1.870	1.406
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		626	1.870
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		(1.244)	464

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/12	31/12/11
Receita líquida de vendas	14	28.373	26.662
Custos da venda de energia		(5.714)	(5.680)
Meio ambiente		(565)	(349)
Operação e manutenção		(845)	(1.366)
Taxas setoriais		(53)	(48)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(308)	(290)
Seguros		(146)	(150)
Depreciação e amortização		(3.797)	(3.477)
Lucro bruto		22.659	20.982
Despesas operacionais	15	(2.142)	(2.315)
Despesas administrativas e gerais		(1.924)	(2.143)
Outras despesas operacionais		(218)	(172)
Lucro antes do resultado financeiro		20.517	18.667
Despesas financeiras	16	(6.647)	(7.484)
Receitas financeiras	16	452	590
Resultado financeiro		(6.195)	(6.894)
Lucro antes dos impostos		14.322	11.773
Imposto de renda	17	(678)	(677)
Contribuição social	17	(359)	(352)
Lucro líquido do exercício		13.285	10.744
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,5435	0,4396
Quantidade de ações ao final do exercício	12	24.442.915	24.442.915

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	Reserva de lucros acumulados	Reserva de lucros acumulados	
Saldos em 31/12/10	31.182	352	3.818	-	916	36.268
Aumentos de capital mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital	17.229	-	-	-	-	17.229
Dividendos adicionais pagos	-	-	(3.818)	-	-	(3.818)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.744	10.744
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	583	-	-	(583)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.769)	(2.769)
Dividendos adicionais propostos	-	-	8.308	-	(8.308)	-
Saldos em 31/12/11	48.411	935	8.308	-	-	57.654
Dividendos distribuídos	-	-	(8.308)	-	-	(8.308)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.285	13.285
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	664	-	-	(664)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(2.622)	(2.622)
Reserva especial	-	-	-	533	(533)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	9.466	(9.466)
Saldos em 31/12/12	48.411	1.599	-	533	9.466	60.009

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/12	31/12/11
1. Receita bruta de vendas	29.448	27.672
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	29.448
2. Insumos adquiridos de terceiros	2.396	3.454
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.916	2.203
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	480	1.251
3. Valor adicionado bruto (1-2)	27.052	24.218
4. Depreciação e amortização	3.797	3.477
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	23.255	20.741
6. Valor adicionado recebido em transferência	452	590
Receitas financeiras	16	452
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)	23.707	21.331
8. Distribuição do valor adicionado	23.707	21.331
Pessoal	1.231	825
Remuneração direta	1.021	675
Benefícios	126	94
F.G.T.S.	84	56
Impostos, taxas e contribuições	2.448	2.226
Federais	2.414	2.222
Estaduais	5	4
Municipais	29	-
Remuneração de capitais de terceiros	6.743	7.536
Juros	16	6.539
Aluguéis	96	52
Outras	108	57
Remuneração de Capitais Próprios	13.285	10.744
Dividendos	2.622	2.769
Lucros retidos	10.663	7.975

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/12	31/12/11
1. Receita bruta de vendas	29.448	27.672
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	29.448
2. Insumos adquiridos de terceiros	2.396	3.454
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.916	2.203
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	480	1.251
3. Valor adicionado bruto (1-2)	27.052	24.218
4. Depreciação e amortização	3.797	3.477
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	23.255	20.741
6. Valor adicionado recebido em transferência	452	590
Receitas financeiras	16	452
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)	23.707	21.331
8. Distribuição do valor adicionado	23.707	21.331
Pessoal	1.231	825
Remuneração direta	1.021	675
Benefícios	126	94
F.G.T.S.	84	56
Impostos, taxas e contribuições	2.448	2.226
Federais	2.414	2.222
Estaduais	5	4
Municipais	29	-
Remuneração de capitais de terceiros	6.743	7.536
Juros	16	6.539
Aluguéis	96	52
Outras	108	57
Remuneração de Capitais Próprios	13.285	10.744
Dividendos	2.622	2.769
Lucros retidos	10.663	7.975

8. Imobilizado: a) Composição do imobilizado:

Descrição	Taxa média ponderada de depreciação % (*)	Custo	Depreciação acumulada	
			Líquido	Líquido
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	0,00%	3.097	-	3.097
Turbina hidráulica	2,50%	29.901	2.847	27.054
Gerador	3,33%	12.048	1.568	10.480
Comporta	3,33%	5.925	775	5.150
Subestação unitária	3,57%	3.818	538	3.280
Estrutura de tensão	3,57%	694	77	617
Casa de força produção hidráulica	2,00%	64.225	4.991	59.234
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	10.665	778	9.887
Adiantamento a fornecedores	0,00%	1.836	-	1.836
Outros	3,65%	5.376	736	4.640
		137.585	12.310	125.275

(*) As taxas de depreciação utilizadas até 31 de dezembro de 2011, sofreram alterações a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme determinações da Resolução ANEEL nº 474/2012. O impacto ocorrido no resultado em função desta mudança de taxas não é relevante. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

b) Movimentação do custo:

Descrição	Saldo em 31/12/2010 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2011
Terrenos	1.643	233	-	1.242	3.118
Máquinas e equipamentos:					
Turbina, transformador, estrutura e condutor de tensão	43.282	189	-	(11.631)	31.840
Disjuntor, painel, mesa de comando e transformador	3.298	-	-	(1.881)	1.417
Condutor forçado	325	-	-	(325)	-
Gerador, comporta, ponte rolante e transformador de serviços auxiliares	18.645	30	-	892	19.567
Subestação unitária	115	17	(311)	3.995	3.816
Sistema de proteção contra incêndio	377	20	-	(377)	20
Para-raios	81	-	-	(50)	31
Estrutura de tensão e sistema de comunicação	9.368	-	-	(9.368)	-
Sistemas de alimentação de energia e de ar-condicionado	1.065	-	-	(946)	119
Outras máquinas e equipamentos	20	-	-	52	72
Móveis e utensílios	6	-	-	(6)	-
Instalações					
Casa de força, reservatório e barragem	53.560	1.064	(1.154)	21.112	74.582
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias	3.404	-	-	(2.688)	716
Sistema de comunicação local	-	-	-	2	2
Computadores e Periféricos	9	2	-	128	139
Imobilizado em andamento	276	-	-	(276)	-
Adiantamento a fornecedores	559	1.515	(63)	(151)	1.860
	136.033	3.070	(1.804)	-	137.299

c) Movimentação do custo no período

Descrição	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	3.118	1	(4)	(18)	3.097
Turbina hidráulica	29.893	8	-	-	29.901
Gerador	12.046	2	-	-	12.048
Comporta	5.925	-	-	-	5.925
Subestação unitária	3.816	2	-	-	3.818
Estrutura de tensão	694	-	-	-	694
Casa de força produção hidráulica	64.216	9	-	-	64.225
Reservatório, barragem, adutora	10.366	299	-	-	10.665
Adiantamento a fornecedores	1.860	87	(129)	18	1.836
Outros	5.365	11	-	-	5.376
	137.299	419	(133)	-	137.585
Depreciação	(8.863)	(3.517)	70	-	(12.310)
Saldo	128.436	3.098	(63)	-	125.275

9. Diferido: Os gastos pré-operacionais R\$379 em 31 de dezembro de 2012 (R\$729 em 31 de dezembro de 2011) incluem basicamente despesas administrativas e de remuneração e encargos dos funcionários e de Administração, os quais estão sendo amortizados pelo prazo de cinco anos desde fevereiro de 2009. **10. Transações com as partes relacionadas:** O controle final da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletrobrás S.A.), visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de distribuição de dividendos da Companhia para sua controladora.

	31/12/12	31/12/11
Passivo circulante	3.785	2.769
PCH Par Participações S.A. - Dividendos a pagar	3.785	2.769
Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de abril de 2012, foi aprovada a remuneração global líquida da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2011 em, no máximo, R\$60 (R\$50 em 2011). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$29 mil.		
11. Financiamentos		
Indexador		
BNDES:		
Principal	53.805	61.846
Encargos	14.774	14.853
Total	68.579	76.699
Parcela de curto prazo	8.520	8.612
Parcela de longo prazo	60.059	68.087
Total	68.579	76.699

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, com carência até junho de 2009 (originalmente, junho de 2008), cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2012 E 2011 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Monte Serrat Energética S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 356/2001 e 133/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Parabuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 25 Mw e uma linha de transmissão de 28 km de extensão. A contratação de energia gerada será feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos, a contar do mês de junho de 2009. Em 12 de fevereiro de 2009, através do Despacho ANEEL nº 562, e em 16 de fevereiro de 2009, através do Despacho ANEEL nº 630, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades

**MONTE SERRAT**

CNPJ nº 06.982.741/0001-00

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante:	Total
2014	7.507
2015	7.507
2016	7.507
2017	7.507
2018	7.507
2019 a 2020	22.524
	60.059

Mutação dos financiamentos em 2012

Saldo inicial	76.699
Encargos provisionados	6.539
Pagamentos	(14.659)
Saldo final	68.579

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Monte Serrat Energética S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A. que atuará como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2012:

Patrimônio líquido	60.009
Total do ativo	134.316
ICP	44,68%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **12. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$ 48.411. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$48.411 e está representado por 24.442.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. **Reserva especial:** Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76. **Reserva de Retenção de Lucros:** Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da

Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2012, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$ 9.915, resta um saldo a pagar de R\$ 1.163. Os dividendos referentes ao exercício de 2012 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	13.285
(-) Reserva legal	(664)
(=) Base de cálculo do dividendo	12.621
Dividendos obrigatórios	3.155
(-) Reserva especial	533
(-) Dividendos obrigatórios a pagar	2.622
(-) Reserva de retenção de lucros	9.466

13. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

	31/12/12	31/12/11
Receita operacional bruta	29.448	27.672
Venda de energia elétrica	29.448	27.672
Deduções à receita operacional	(1.075)	(1.010)
PIS	(191)	(180)
COFINS	(884)	(830)
Receita operacional líquida	28.373	26.662

15. Despesas Administrativas, Gerais e Outras Operacionais

	31/12/12	31/12/11
Despesas com pessoal operacional	945	620
Despesas com pessoal administrativo	580	381
Serviços de terceiros (auditoria e consultorias)	255	1.072
Viagens	83	89
Publicação	41	35
Arrendamentos e aluguéis	96	52
Outras despesas	142	66
	2.142	2.315

16. Resultado Financeiro

	31/12/12	31/12/11
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(8)	(27)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(6.539)	(7.427)
Outras despesas	(100)	(30)
Receitas financeiras:	452	590
Rendimentos de aplicações em renda fixa	451	588
Outras receitas	1	2
Resultado financeiro	(6.195)	(6.894)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/12		31/12/11	
	IR (*)	CSLL	IR (*)	CSLL
Receita bruta	29.448	29.448	27.672	27.672
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	452	452	590	590
Base de cálculo	2.808	3.985	2.803	3.910
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	678	359	677	352

(*) Até o limite de R\$ 240 mil a alíquota do IR é de 15%. **18. Instrumentos Financeiros:** Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a essa mesma data.

Operação	Risco	Cenário			
		Real	Provável	Possível	Remoto
		31/12/2012	12 meses	25%	50%
Aplicação financeira	Baixa do CDI	586	628	617	607
Ativos vinculados ao BNDES	Baixa do CDI	3.672	3.934	3.869	3.803

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia considera que os instrumentos financeiros passivos não representam riscos relevantes, uma vez que, conforme cláusula específica do contrato firmado junto ao BNDES, a variável de risco inerente à operação, a TJLP, não poderá ser superior a 6%. **19. Cobertura de Seguro:** Seguro de responsabilidade civil: A Companhia contratou cobertura de seguro para indenizações por danos civis no montante de R\$8.336, com vigência até 28 de abril de 2013, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e accidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **Seguro de operação:** Em 28 de abril de 2012, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$132.407, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Esse seguro ainda está sendo endossado pela seguradora, porém, a Companhia está coberta desde a sua entrada em operação. **20. Autorização para Conclusão das Demonstrações Contábeis:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2013.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Marcos Gratacós Nóbrega - Diretor; **Walter Nunes Seijo Neto** - Diretor
Contador: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Monte Serrat Energética S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações contábeis da Monte Serrat Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação

da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$11.005 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$2.132 mil. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Monte Serrat Energética S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimen-

tos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011:** As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de fevereiro de 2012, contendo a seguinte modificação de opinião: "Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$8.873 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$2.833 mil".

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2013

Deloitte.Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida

Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5